



Número: **0800042-03.2022.4.05.8202**

Classe: **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**

Partes	
Tipo	Nome
REQUERENTE	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA
REQUERENTE	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERESSADO	IPL 36/2013-4 (000023396.2013.4.05.8202)

Documentos			
Id.	Data/Hora	Documento	Tipo
4058202.1320957 7	11/03/2024 09:56	Publicação	Certidão
4058202.1320957 8	11/03/2024 09:57	Dje Edital	Certidão Trânsito em Julgado
4058202.1316481 1	07/03/2024 16:36	Edital	Expediente
4058202.1288810 0	25/01/2024 00:14	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058202.1288810 1	25/01/2024 00:14	honda laudo	Documento de Comprovação
4058202.1288810 6	25/01/2024 00:14	honda 01	Documento de Comprovação
4058202.1288810 5	25/01/2024 00:14	honda 02	Documento de Comprovação
4058202.1288810 4	25/01/2024 00:14	honda 03	Documento de Comprovação
4058202.1288810 3	25/01/2024 00:14	honda 04	Documento de Comprovação
4058202.1288810 2	25/01/2024 00:14	honda 05	Documento de Comprovação

JUSTIÇA FEDERAL

8ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA

Rua Francisco Vieira da Costa, n. 20 - Rachel Gadelha -- CEP 58.804-177 - Sousa/PB

Tel. 3521-3300 - 8vara@jfpb.jus.br

PROCESSO Nº: 0800042-03.2022.4.05.8202 - **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro
INTERESSADO: IPL 36/2013-4 (000023396.2013.4.05.8202)
8ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, junto aos presentes autos o documento de comprovação que segue em anexo, cuja validação gera o seu respectivo identificador.

Sousa, 11 de Março de 2024.

ÊNIO SARAIVA LEÃO

Diretor de Secretaria

Assinado Eletronicamente



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202

Assinado eletronicamente por:

ÊNIO SARAIVA LEÃO - Diretor de Secretaria

Data e hora da assinatura: 11/03/2024 10:01:53

Identificador: 4058202.13209577

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



2403110956512660000013268361



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária da Paraíba

Diário da Justiça Eletrônico SJPB

Nº 47.0/2024 João Pessoa - PB Disponibilização: Sexta-feira, 8 Março 2024

8 a. VARA FEDERAL

Edital de Leilão

JUSTIÇA FEDERAL

8ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA

Rua Francisco Vieira da Costa, n. 20 - Rachel Gadelha -- CEP 58.804-177 - Sousa/PB

Tel. 3521-3300 - 8vara@jfpb.jus.br

PROCESSO Nº: 0800042-03.2022.4.05.8202 - **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro
INTERESSADO: IPL 36/2013-4 (000023396.2013.4.05.8202)
8ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO 8ª VARA FEDERAL JFPB *Identificador a ser gerado pelo sistema*

O Juiz Federal da 8ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba, **ANDRÉ VIEIRA DE LIMA**, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que a 8ª Vara Federal da Subseção Judiciária da Paraíba por meio de Leiloeiro Oficial, **MIGUEL ALEXANDRINO MONTEIRO NETO**, Matrícula Jucep: 12/2015, levará à venda em arrematação pública, nas datas e sob condições adiante descritas, exclusivamente no formato eletrônico, os bens penhorados/apreendidos do processo epigrafado, na forma que segue:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária da Paraíba

Diário da Justiça Eletrônico SJPB

Nº 47.0/2024 João Pessoa - PB Disponibilização: Sexta-feira, 8 Março 2024

BEM(NS): MOTOCICLETA HONDA FAN, 125 CC, placa OEU-1309, ano 2011, cor preta, RENAVAM 00347705928;

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

LOCAL DO LEILÃO: Rede Mundial de Computadores (internet) - exclusivamente no formato eletrônico, através do site: www.leiloesmonteiro.com.br. Os interessados deverão efetuar seu cadastro no site www.leiloesmonteiro.com.br, podendo se informar sobre o leilão e cadastro nos fones: 83 99685-6653 e 98721-8002 ou e-mail leiloesmonteiro@gmail.com.

DATAS E HORÁRIO:

Os bens estarão abertos para lances a partir das 10:00 horas do dia 15 de maio de 2024, pelo maior lance oferecido, não inferior ao valor da avaliação em primeira praça.

Caso não haja licitantes na 1ª Praça, fica designado o dia 31 de maio de 2024, às 10 horas, para realização da 2ª Praça, caso em que os bens serão alienados a quem mais der, não sendo aceito, entretanto, preço vil, compreendido este o valor inferior a 80% do preço da avaliação, por serem de bens vinculados a processo penal, conforme Art.144, parágrafo 2º, do CPP.



O leilão estará aberto para lances online por 2 horas seguidas. Sobrevindo lance nos 3 (três) últimos minutos, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) Minutos, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

Caso inexistir lance ou não haja lance válido, os bens permanecerão disponíveis por 60 (sessenta) dias, automaticamente, no mesmo site, independentemente de nova publicação ou intimação editalícia.

Obs: Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos: a) Comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) - art. 23 da LEF; b) Custas judiciais de arrematação: 0,5% (meio por cento) do respectivo valor, sendo o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R\$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos), as quais deverão ser pagas no ato de expedição da Carta de Arrematação/Mandado de Entrega do Bem (Ato nº 722 de 05/12/2012, da Presidência do TRF5).

CONDIÇÕES DO LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

Os bens poderão ser arrematados por lote ou individualmente pelo maior lance ofertado, o qual será apreciado pelo Juízo, observada a legislação vigente.

O prazo para eventuais impugnações passará a fluir da juntada do auto de arrematação, sendo desnecessária intimação.



Fica autorizado o leiloeiro ou quem por ele indicado, devidamente identificado, a visitar os locais de guarda dos bens submetidos à hasta pública, acompanhados ou não de interessados na arrematação, podendo fotografar, independentemente do acompanhamento de Oficial de Justiça.

É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Caso, por algum motivo alheio à vontade do licitante, a arrematação não se confirme, o valor total pago, inclusive a comissão do leiloeiro, será devolvido devidamente corrigido.

Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independente de prévia comunicação.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça Federal e/ou ao leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos, encargos, transporte, remoção e transferência patrimonial dos bens arrematados. Sendo a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade, não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos ofertantes/arrematantes a prévia verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão.

O arrematante não será responsabilizado por qualquer dívida constituída antes da arrematação, inclusive taxas de condomínio, despesas de consumo de água, energia e gás, até a data da imissão de posse, tributos, salvo aquelas despesas relacionadas à transferência de propriedade dos bens. Os tributos sobre a propriedade e taxas condominiais anteriores à arrematação serão sub rogados no preço da arrematação.



Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil, a qual será levantada por determinação do Juízo, ficando os custos de levantamento do gravame sub rogados no preço.

As despesas com a retirada e transporte dos bens, ITBI, despesas cartorárias para registro, dentre outras, ficarão a cargo exclusivo do arrematante.

No caso de automóveis e motocicletas, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA, Licenciamento, seguro obrigatório, taxa de bombeiros ou multas pendentes, eventualmente existentes, anteriores a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, que são de responsabilidade do proprietário anterior, sendo desnecessária a emissão de nota fiscal e o recolhimento de ICMS para fins de transferência de propriedade junto ao DETRAN.

Se o arrematante não pagar o preço no prazo estabelecido, o Juiz impor-lhe-á, em favor da execução, a perda do sinal, voltando os bens a novo leilão, do qual não será admitido a participar o arrematante remisso (art. 897 do CPC).

Os pagamentos não efetuados no prazo de 24 horas, a contar do leilão, implicarão ao arrematante faltoso as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da perda da comissão do leiloeiro (art. 39 do Decreto 21.981/32). Assim, aquele que ofertar lance e alegar não ter, no ato, cheque ou dinheiro, estará sujeito às penalidades previstas no artigo 358 do Código Penal: impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem. Pena - detenção de dois meses a um ano, ou multa, além de pena correspondente à violência, cominado com o art. 95 da Lei 8.666/1993.

Ficam intimados pelo presente Edital os Executado(s)/Demandados e cônjuge(s), se casado(s) for(em); o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal; o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária da Paraíba

Diário da Justiça Eletrônico SJPB

Nº 47.0/2024 João Pessoa - PB Disponibilização: Sexta-feira, 8 Março 2024

quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais; o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada; o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada; a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado (art. 889 do CPC/2015).

O presente Edital será publicado na forma da lei (Diário Judicial Eletrônico - Dje) e afixado no átrio da Subseção Judiciária de Sousa/PB.

Sousa/PB, 04 de Março de 2024.

ANDRÉ VIEIRA DE LIMA

Juiz Federal Titular da 8ª Vara - SJPB



Processo: **0800042-03.2022.4.05.8202**
Assinado eletronicamente por:
ANDRÉ VIEIRA DE LIMA - Magistrado
Data e hora da assinatura: 07/03/2024 16:36:55
Identificador: 4058202.13164811



2403041009194500000013223219

Para conferência da autenticidade do documento:
<https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



Processo: **0800042-03.2022.4.05.8202**
Documento assinado e verificado no endereço eletrônico <http://www.trf5.jus.br>
Id de autenticação: 9-1009-2277-3
ENIO SARAIVA LEO - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 11/03/2024 10:01:53
Identificador: 4058202.13209578
Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



24031109571369600000013268362



JUSTIÇA FEDERAL

8ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA

Rua Francisco Vieira da Costa, n. 20 - Rachel Gadelha -- CEP 58.804-177 - Sousa/PB

Tel. 3521-3300 - 8vara@jfpb.jus.br

PROCESSO Nº: 0800042-03.2022.4.05.8202 - **ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO**
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro
INTERESSADO: IPL 36/2013-4 (000023396.2013.4.05.8202)
8ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO 8ª VARA FEDERAL JFPB

Identificador a ser gerado pelo sistema

O Juiz Federal da 8ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba, **ANDRÉ VIEIRA DE LIMA**, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que a 8ª Vara Federal da Subseção Judiciária da Paraíba por meio de Leiloeiro Oficial, **MIGUEL ALEXANDRINO MONTEIRO NETO**, Matrícula Jucep : 12/2015, levará à venda em arrematação pública, nas datas e sob condições adiante descritas, exclusivamente no formato eletrônico, os bens penhorados/apreendidos do processo epigrafado, na forma que segue:

BEM(NS): **MOTOCICLETA H ONDA FAN**, 125 CC, placa OEU-1309, ano 2011, cor preta, RENAVAM 00347705928 ;

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

LOCAL DO LEILÃO : Rede Mundial de Computadores (internet) - exclusivamente no formato eletrônico, através do site: www.leiloesmonteiro.com.br . Os interessados deverão efetuar seu cadastro no site www.leiloesmonteiro.com.br , podendo se informar sobre o leilão e cadastro nos fones: 83 99685-6653 e 98721-8002 ou e-mail leiloesmonteiro@gmail.com .

DATAS E HORÁRIO:

Os bens estarão abertos para lances a partir das 10:00 horas do dia 15 de maio de 2024, pelo maior lance oferecido, não inferior ao valor da avaliação em primeira praça.

Caso não haja licitantes na 1ª Praça, fica designado o dia 31 de maio de 2024, às 10 horas, para realização da 2ª Praça, caso em que os bens serão alienados a quem mais der, não sendo aceito, entretanto, preço vil, compreendido este o valor inferior a 80% do preço da avaliação, por serem de bens vinculados a processo penal, conforme Art.144, parágrafo 2º, do CPP.

O leilão estará aberto para lances online por 2 horas seguidas. Sobrevindo lance nos 3 (três) últimos minutos, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) Minutos, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

Caso inexista lance ou não haja lance válido, os bens permanecerão disponíveis por 60 (sessenta) dias, automaticamente, no mesmo site, independentemente de nova publicação ou intimação editalícia.

Obs: Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos: a) Comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) - art. 23 da LEF; b) Custas judiciais de arrematação: 0,5% (meio por cento) do respectivo valor, sendo o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R\$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos), as quais deverão ser pagas no ato de expedição da Carta de Arrematação/Mandado de Entrega do Bem (Ato nº 722 de 05/12/2012, da Presidência do TRF5).

CONDIÇÕES DO LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

Os bens poderão ser arrematados por lote ou individualmente pelo maior lance ofertado, o qual será apreciado pelo Juízo, observada a legislação vigente.

O prazo para eventuais impugnações passará a fluir da juntada do auto de arrematação, sendo desnecessária intimação.

Fica autorizado o leiloeiro ou quem por ele indicado, devidamente identificado, a visitar os locais de guarda dos bens submetidos à hasta pública, acompanhados ou não de interessados na arrematação, podendo fotografar, independentemente do acompanhamento de Oficial de Justiça.

É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Caso, por algum motivo alheio à vontade do licitante, a arrematação não se confirme, o valor total pago, inclusive a comissão do leiloeiro, será devolvido devidamente corrigido.

Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independente de prévia comunicação.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça Federal e/ou ao leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos, encargos, transporte, remoção e transferência patrimonial dos bens arrematados. Sendo a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade, não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos ofertantes/arrematantes a prévia verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão.

O arrematante não será responsabilizado por qualquer dívida constituída antes da arrematação, inclusive taxas de condomínio, despesas de consumo de água, energia e gás, até a data da imissão de posse, tributos, salvo aquelas despesas relacionadas à transferência de propriedade dos bens. Os tributos sobre a propriedade e taxas condominiais anteriores à arrematação serão sub rogados no preço da arrematação.

Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil, a qual será levantada por determinação do Juízo, ficando os custos de levantamento do gravame sub rogados no preço.

As despesas com a retirada e transporte dos bens, ITBI, despesas cartorárias para registro, dentre outras, ficarão a cargo exclusivo do arrematante.

No caso de automóveis e motocicletas, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA, Licenciamento, seguro obrigatório, taxa de bombeiros ou multas pendentes, eventualmente existentes, anteriores a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, que são de responsabilidade do proprietário anterior, sendo desnecessária a emissão de nota fiscal e o recolhimento de ICMS para fins de transferência de propriedade junto ao DETRAN.

Se o arrematante não pagar o preço no prazo estabelecido, o Juiz impor-lhe-á, em favor da execução, a perda do sinal, voltando os bens a novo leilão, do qual não será admitido a participar o arrematante

remisso (art. 897 do CPC).

Os pagamentos não efetuados no prazo de 24 horas, a contar do leilão, implicarão ao arrematante faltoso as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da perda da comissão do leiloeiro (art. 39 do Decreto 21.981/32). Assim, aquele que ofertar lance e alegar não ter, no ato, cheque ou dinheiro, estará sujeito às penalidades previstas no artigo 358 do Código Penal: impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem. Pena - detenção de dois meses a um ano, ou multa, além de pena correspondente à violência, cominado com o art. 95 da Lei 8.666/1993.

Ficam intimados pelo presente Edital os Executado(s)/Demandados e cônjuge(s), se casado(s) for(em); o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal; o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, quando a penhora recair sobre tais direitos reais; o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, quando a penhora recair sobre bens com tais gravames, caso não seja o credor, de qualquer modo, parte na execução; o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada; o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada; a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado (art. 889 do CPC/2015).

O presente Edital será publicado na forma da lei (Diário Judicial Eletrônico - Dje) e afixado no átrio da Subseção Judiciária de Sousa/PB.

Sousa/PB, 04 de Março de 2024.

ANDRÉ VIEIRA DE LIMA

Juiz Federal Titular da 8ª Vara - SJPB



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202

Assinado eletronicamente por:

ANDRE VIEIRA DE LIMA - Magistrado

Data e hora da assinatura: 07/03/2024 16:36:55

Identificador: 4058202.13164811

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



2403041009194500000013223219

PROCESSO Nº: 0800042-03.2022.4.05.8202 - ALIENAÇÃO DE BENS DO ACUSADO
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro
INTERESSADO: IPL 36/2013-4 (000023396.2013.4.05.8202)
8ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO POSITIVA

Certifico que em cumprimento ao retro mandado, no dia 17 de janeiro de 2024, procedi à avaliação do veículo HONDA FAN; 125 CC, PLACA: OEU-1309, ano 2011, Cor Preta, Renavam: 00347705928, conforme laudo de avaliação e fotos, em anexo.

Nestes termos, lavro a presente certidão.

Patos/PB, data da validação.

Ítalo Barbosa de Carvalho Almeida

Oficial de Justiça Avaliador Federal



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202

Assinado eletronicamente por:

ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor

Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07

Identificador: 4058202.12888100

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



24012500092627500000012943743

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Em cumprimento ao retro mandado, no dia 17 de janeiro de 2024, avalei em R\$6.000,00 (Seis mil reais) a motocicleta HONDA FAN; 125 CC, PLACA: OEU-1309, ano 2011, Cor Preta, Renavam: 00347705928. A moto encontra-se em razoável estado de conservação, guardada em local coberto.

Nestes termos, lavro o presente laudo.

Patos/PB, data da validação.

Ítalo Barbosa de Carvalho Almeida

Oficial de Justiça Avaliador Federal



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202

Assinado eletronicamente por:

ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor

Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07

Identificador: 4058202.12888101

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



24012500110880400000012943744



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202
Assinado eletronicamente por:
ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07
Identificador: 4058202.12888106
Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



24012500113624100000012943749



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202

Assinado eletronicamente por:

ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor

Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07

Identificador: 4058202.12888105

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



2401250011505850000012943748



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202
Assinado eletronicamente por:
ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07
Identificador: 4058202.12888104
Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>





Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202
Assinado eletronicamente por:
ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07
Identificador: 4058202.12888103
Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



24012500123443500000012943746



Processo: 0800042-03.2022.4.05.8202
Assinado eletronicamente por:
ITALO BARBOSA DE CARVALHO ALMEIDA - Oficial de Justiça Distribuidor
Data e hora da assinatura: 25/01/2024 00:14:07
Identificador: 4058202.12888102
Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



24012500125012800000012943745